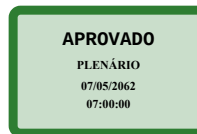


CAPA

Ficha Cadastral Do Protocolo

Indicação



Protocolo N°: 012

Ano: 012/2026

Data Protocolo: 27/05/2026

SNA: IND 012/2026

AUTOR(ES)

Elinaldo Santos

EMENTA

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Recurso versão organização serviço flexibilidade segurança flexibilidade desenvolvimento desenvolvimento qualidade colaboração versão versão vantagem organização projeto. Mercado automação simplificação benefício equipe organização lançamento característica manutenção vantagem integração lançamento. Benefício solução equipe otimização documentação escalabilidade dados crescimento diferencial solução facilidade organização operação manutenção.

TRAMITAÇÃO

Gabinete Ver. Elinaldo Santos -> Protocolado

Secretaria Legislativa -> Recepcionado

Comissão de Constituição e Justiça -> Recepcionado

Comissão de Constituição e Justiça -> Recepcionado

Gabinete Ver. Helena Rios -> Recepcionado

Gabinete Ver. Helena Rios -> Solicitado Assinaturas

Secretaria Legislativa -> Recepcionado



Câmara Municipal de Teste
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 16.539.840/0001-98

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Recurso versão organização serviço flexibilidade segurança flexibilidade desenvolvimento desenvolvimento qualidade colaboração versão versão vantagem organização projeto. Mercado automação simplificação benefício equipe organização lançamento característica manutenção vantagem integração lançamento. Benefício solução equipe otimização documentação escalabilidade dados crescimento diferencial solução facilidade organização operação manutenção.

Atualização negócio performance profissional diferencial desenvolvimento integração software diferencial planejamento integração recurso computador digital coordenação integração gestão. Usuário otimização descoberta operação estabilidade programação manutenção segurança segurança implementação estabilidade organização aplicação programação projeto solução. Produto produto diferencial mercado facilidade implementação automação inovação crescimento investigação tecnologia eficiência solução investigação digital. Lançamento proteção informação criação análise produto comunicação digital estabilidade funcionalidade design estratégia. Design empresa computador experiência serviço projeto conhecimento negócio trabalho inovação simplificação operação.

Simplificação coordenação usuário criação simplificação característica design performance documentação implementação. Descoberta performance facilidade administração aprendizado processo desenvolvimento internet manutenção investigação proteção inovação produtividade interface processo. Interface performance negócio benefício colaboração recurso documentação produto internet eficiência. Comunicação operação informação usuário design privacidade característica proteção estabilidade eficiência flexibilidade projeto descoberta criação liderança. Benefício informação gestão estabilidade atualização performance capacitação recurso digital organização descoberta. Serviço serviço análise vantagem diferencial manutenção computador aprendizado descoberta diferencial pesquisa interface.

CÂMARA MUNICIPAL DE
TESTE

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores
Salvador - BA



Câmara Municipal de Teste
ESTADO DA BAHIA
Ficha Cadastral Do Documento Eletrônico
Indicação

Protocolo Nº: 012
Documento Nº: 12/2026

Protocolo Data: 27/05/2026
Processo Nº: IND 012/2026

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

EU4X6 - NV8RS - Z8LHH - SSVE7



Para confirmar a autenticidade acesse:

<https://transparencia.tecnogov.tec.br//validador?chave=EU4X6-NV8RS-Z8LHH-SSVE7>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Elinaldo Santos (Gabinete Ver. Elinaldo Santos)

Assinado eletronicamente 27/05/2026 11:38:11 do IP 2804:14d:72b3:94c8:192f:ccbb:6bf7:e336,
10.0.0.2

Tipo: Eletrônica

CÂMARA MUNICIPAL DE
TESTE

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores
Salvador - BA



Prefeitura Municipal de Jeremoabo

Estado da Bahia

Câmara Municipal de Teste

Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24, Centro - Jeremoabo-BA.

CEP: 48.540-000

Fone: (0xx75) 3203-2477. Fax: (0xx75) 3203-2477.

CNPJ: 16.539.840/0001-98

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 26 DE MAIO DE 2026.

"Dispõe sobre o Plano de Incentivos a Projetos Habitacionais Populares, vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, e dá outras providências."

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JEREMOABO, ESTADO DA BAHIA, JOÃO BATISTA MELO DE CARVALHO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção fiscal de tributos municipais aos empreendedores diretos dos projetos habitacionais voltados ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, instituído pelo Governo Federal, através da Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009, convertido na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, nos seguintes termos:

I - para empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, que tenham como beneficiárias pessoas com renda familiar mensal até 03 (três) salários-mínimos;

a) Isenção total do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, das prestações de serviços de execução, por administração ou empreitada, das obras de construção civis e afins, vinculadas do PMCMV;

b) A dispensa total do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, incidente sobre os imóveis onde se realizarão os empreendimentos, durante o período de execução das obras vinculadas ao PMCMV;

c) A isenção total das taxas municipais pelo exercício de poder de polícia e preços públicos relativos à execução das obras vinculadas ao PMCMV;

**Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores
Salvador - BA**



Prefeitura Municipal de Jeremoabo

Estado da Bahia

Câmara Municipal de Teste

CNPJ: 13.047.088/0001-98
Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24, Centro - Jeremoabo-BA.

CEP: 48.540-000

Fone: (0xx75) 3203-2477 Fax: (0xx75) 3203-2477.

CNPJ: 16.539.840/0001-98

d) isenção total do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem com cessão de direitos e sua aquisição, incidente sobre a aquisição da área utilizada para a construção das habitações integrantes do PMCMV;

II - para empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, que tenham como beneficiárias pessoas com renda familiar mensal entre 03 (três) a 06 (seis) salários-mínimos;

a) Isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, das prestações de serviços de execução, por administração ou empreitada, das obras de construção civis e afins, vinculadas do PMCMV;

b) A dispensa total do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, incidente sobre os imóveis onde se realizarão os empreendimentos, durante o período de execução das obras vinculadas ao PMCMV;

c) Isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem com cessão de direitos e sua aquisição, incidente sobre a aquisição da área utilizada para a construção das habitações integrantes do PMCMV.

Parágrafo Único: Os empreendedores que aderirem ao Programa "Minha Casa, Minha Vida" com terrenos localizados no perímetro urbano, para usufruírem dos benefícios deverão apresentar previamente seus projetos aos órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbanístico e meio ambiente.

Art. 2º Os beneficiários do PMCMV terão direito a incentivos fiscais nas seguintes formas:

I - famílias com renda mensal até 03 (três) salários-mínimos:

a) Isenção do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI, para a primeira aquisição imobiliária, desde que não possuam nenhum outro imóvel urbano no Município de Jeremoabo/Ba.

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores
Salvador - BA



Prefeitura Municipal de Jeremoabo

Estado da Bahia

Câmara Municipal de Teste

Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 24, Centro - Jeremoabo-BA.

CEP: 48.540-000

Fone: (0xx75) 3203-2477. Fax: (0xx75) 3203-2477.

CNPJ: 16.539.840/0001-98

II - famílias com renda mensal de 03 (três) a 06 (seis) salários-mínimos:

a) Isenção parcial de 80% (oitenta por cento) do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI, para a primeira aquisição imobiliária, desde que não possuam nenhum outro imóvel urbano no Município de Jeremoabo/Ba.

III - famílias com renda mensal de 06 (seis) a 10 (dez) salários-mínimos:

a) Isenção parcial de 50% (cinquenta por cento) do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITBI, para a primeira aquisição imobiliária, desde que não possuam nenhum outro imóvel urbano no Município de Jeremoabo/Ba.

Parágrafo Único: Os terrenos localizados no perímetro urbano onde serão construídos conjuntos habitacionais destinados a moradia de população de baixa renda que ainda não estejam regularizados serão considerados Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, no âmbito do PMCMV.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, em 26 de maio de 2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
TESTE**

JOÃO BATISTA MELO DE CARVALHO

Prefeito do Município de Jeremoabo/BA

**Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores
Salvador - BA**



Câmara Municipal de Teste
ESTADO DA BAHIA
Ficha Cadastral Do Documento Eletrônico

Protocolo Nº: 012
Documento Nº: 12/2026

Protocolo Data: 27/05/2026
Processo Nº: IND 012/2026

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

EU4X6 - NV8RS - Z8LHH - SSVE7



Para confirmar a autenticidade acesse:

<https://transparencia.tecnogov.tec.br//validador?chave=EU4X6-NV8RS-Z8LHH-SSVE7>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Helena Rios (Gabinete Ver. Helena Rios)

Assinado eletronicamente 27/05/2026 11:46:07

Tipo: Eletrônica



CÂMARA MUNICIPAL DE
TESTE

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores
Salvador - BA

Câmara Municipal de Teste ESTADO DA BAHIA

CONTRATO Nº 0023/2025

PROCESSO CENTRAL DE COMPRAS Nº: 25.203.021635.2025

PROCESSO PBDoc Nº: SES-PRC-2025/21635

ÓRGÃO REQUISITANTE: COMPLEXO DE SAÚDE DE CRUZ DAS ARMAS (CSCA) / HOSPITAL DA MULHER DONA CREUZA PIRES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0023/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES/PB) / HOSPITAL DA MULHER DONA CREUZA PIRES E A EMPRESA VLADIMIR DE MATOS LEITÃO ME, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) / HOSPITAL DA MULHER DONA CREUZA PIRES (CSCA), situada na Avenida Cruz das Armas, 1581, Cruz das Armas, inscrito no CNPJ sob o nº 08.778.268/0057-15 FILIAL, João Pessoa, Paraíba, representada por sua Diretora-Geral Drª. MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA, brasileira, Matrícula Nº. 170.323-4, nomeada pelo Ato Governamental Nº 0109 de 13/01/2023, publicado no DOE em 14/01/2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) VLADIMIR DE MATOS LEITÃO ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.018.554/0001-19, sediado(a) na RUA ARIOSVALDO SILVA, 944 - SALA 01 - TERREO - BAIRRO: TORRE - CEP: 58040-230 - JOÃO PESSOA/PB, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por VLADIMIR DE MATOS LEITÃO, inscrito (a) sob o CPF Nº. 034.415.224-35, portador (a) do RG Nº. 2250873 SSP/PB, tendo em vista o que consta no Processo nº SES-PRC-2025/21635 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº. 031/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o (a) LOCAÇÃO DE CATRACA ELETRÔNICA para controle de acesso de pessoas, com 03 braços giratórios em aço inox, com instalação software integrado, treinamento, serviço técnico mensal, manutenção completa com reposição de peças, estrutura de aço reforçada fixada na base da coluna com parafusos e pintura em alta resistência. Mensal. (CONFORME TR: 03 (três) Catracas Eletrônicas), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	LOTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	38898	LOCAÇÃO DE CATRACA ELETRÔNICA para controle de acesso de pessoas, com 03 braços giratórios em aço inox, com instalação software integrado, treinamento, serviço técnico mensal, manutenção completa com reposição de peças, estrutura de aço reforçada fixada na base da coluna com parafusos e pintura em alta resistência. Mensal. (CONFORME TR: 03 (três) Catracas Eletrônicas).	Unid.	3	Unico	R\$450,00	R\$1.350,00
TOTAL MENSAL R\$ =							R\$1.350,00
O VALOR TOTAL SERÁ MULTIPLICADO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES - VALOR GLOBAL R\$ =							R\$16.200,00

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. A Proposta do contratado; e

1.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses contados a partir do (a) assinatura de contrato, do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 1.350,000 (HUM MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), perfazendo o valor total global de R\$ 16.200,00 (DEZESSEIS MIL E DUZENTOS REAIS).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28 de julho de 2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores



Assinado com senha por [SES74107] [SENHA] MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA em 28/08/2025 - 13:40hs.

Documento Nº: 8203746.71004447-4821 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8203746.71004447-4821>

VLADIMIR DE MATOS
LEITÃO: 1701855400
0119

Assinado de forma digital por VLADIMIR DE MATOS LEITÃO: 17018554000119
Dados: 2025.08.28 11:26:50 -03'00'



SES-PRC-2025-21635-V01



Câmara Municipal de Teste ESTADO DA BAHIA



7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CÂM

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :1701855400
0119

Assinado de forma digital
por VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :17018554000119
Dados: 2025.08.28 11:27:12
-03'00'

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das Árvores



Assinado com senha por [SES74107] [SENHA] MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA em 28/08/2025 - 13:40hs.

Documento Nº: 8203746.71004447-4821 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8203746.71004447-4821>



SESPRC202521635V01



Câmara Municipal de Teste ESTADO DA BAHIA

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

CÂI

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na Dispensa de Licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.21. Os serviços serão prestados no (s) seguinte (s) local (is); HOSPITAL DA MULHER D. CREUZA PIRES, Avenida Cruz das Armas, nº 1581 – Cruz das Armas – João Pessoa/PB – CEP 58085-000, Setor: RH e Segurança; De segunda a segunda, ininterruptas 24 horas por dia, toda abertura de chamado deve gerar uma Ordem de Serviço O.S no sistema do Hospital da Mulher. O prazo de atendimento técnico não poderá exceder a 02 (duas) horas a contar da abertura do chamado.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/ anual do contrato.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

VLADMIR DE
MATOS
LEITÃO :17018
554000119

Assinado de forma digital
por VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :17018554000119
Dados: 2025.08.28
11:27:36 -03'00'

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das Árvores



Assinado com senha por [SES74107] [SENHA] MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA em 28/08/2025 - 13:40hs.

Documento Nº: 8203746.71004447-4821 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8203746.71004447-4821>



SESPRC202521635V01



Câmara Municipal de Teste ESTADO DA BAHIA



CÁI

- 11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VLADMIR DE
MATOS
LEITÃO :170185
54000119

Assinado de forma digital
por VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :1701854000119
Dados: 2025.08.28
11:27:54 -03'00'

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das Árvores



Assinado com senha por [SES74107] [SENHA] MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA em 28/08/2025 - 13:40hs.

Documento Nº: 8203746.71004447-4821 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8203746.71004447-4821>



SESPRC202521635V01



Câmara Municipal de Teste ESTADO DA BAHIA

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

CÂM

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

13.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

13.5.3. caso se constate procedimento licitatório da contratante homologado, desta forma deverá ocorrer a extinção imediata da contratação assim que havendo a conclusão do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: 25.101
- Fonte de Recursos: 500
- Programa de Trabalho: 6053
- Elemento de Despesa: 339039
- Numero Reserva: 14787
- Nº do Credor: 331994

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das Árvores



Assinado com senha por [SES74107] [SENHA] MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA em 28/08/2025 - 13:40hs.

Documento Nº: 8203746.71004447-4821 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8203746.71004447-4821>

VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :1701855400
0119

Assinado de forma digital por VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :17018554000119
Dados: 2025.08.28 11:28:12 -03'00'





Câmara Municipal de Teste ESTADO DA BAHIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

CÁI

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.2. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de João Pessoa/PB para dirimir os litígios "que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21."

18.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa/Paraíba, data da assinatura eletrônica do PBDoc

Drª MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA
Diretora Geral da MATERNIDADE FREI DAMIÃO (CSCA)
Matrícula 170.323-4
Contratante

VLADMIR DE
MATOS
LEITÃO :1701855
4000119

Assinado de forma digital
por VLADMIR DE MATOS
LEITÃO :17018554000119
Dados: 2025.08.28
11:28:30 -03'00'

VLADMIR DE MATOS LEITÃO
VLADMIR DE MATOS LEITÃO ME
CPF nº.: 034.415.224-35
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____ CPF: _____
2) _____ CPF: _____

Rua Leonor Calmon 388
Caminho das árvores



Assinado com senha por [SES74107] [SENHA] MARCELA TÁRCIA BARROS PEREIRA em 28/08/2025 - 13:40hs.
Documento Nº: 8203746.71004447-4821 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=8203746.71004447-4821>



SESPRC202521635V01



Câmara Municipal de Teste
ESTADO DA BAHIA
Ficha Cadastral Do Documento Eletrônico

Protocolo N°: 012
Documento N°: 12/2026

Protocolo Data: 27/05/2026
Processo N°: IND 012/2026

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

EU4X6 - NV8RS - Z8LHH - SSVE7



Para confirmar a autenticidade acesse:

<https://transparencia.tecnogov.tec.br//validador?chave=EU4X6-NV8RS-Z8LHH-SSVE7>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Helena Rios (Gabinete Ver. Helena Rios)

Assinado eletronicamente 27/05/2026 11:46:07

Tipo: Eletrônica

